

Política de Investimentos

2023 A 2027



Plano FRG Prev

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – 2023 A 2027 PLANO FRGPREV

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	2
2.	GESTÃO DOS RECURSOS	3
2.1.	METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DA CARTEIRA ESTRATÉGICA	3
2.2.	ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA	3
2.3.	OBJETIVOS DA GESTÃO	3
2.4.	GESTÃO EXTERNA	4
2.5.	GESTÃO PRÓPRIA	4
2.6.	DIRETRIZES GERAIS PARA A GESTÃO DOS RECURSOS	5
2.7.	DIRETRIZES POR SEGMENTOS DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.994/2022	5
2.7.1.	SEGMENTO DE RENDA FIXA	5
2.7.2.	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	6
2.7.3.	SEGMENTO ESTRUTURADO	6
2.7.4.	SEGMENTO EXTERIOR	7
2.7.5.	OPERAÇÕES COM AS PATROCINADORAS	7
2.8.	DESEMPENHO DAS CARTEIRAS NOS ÚLTIMOS ANOS	7
2.9.	REQUISITOS PRINCIPAIS	8
3.	ALÇADAS DECISÓRIAS, RESPONSABILIDADES E CRITÉRIOS CONTÁBEIS	9
3.1.	ALÇADAS DECISÓRIAS E ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES DOS PROCESSOS DE ANÁLISE, AVALIAÇÃO, GERENCIAMENTO, ASSESSORAMENTO E DECISÃO SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS PLANOS DA ENTIDADE	9
3.2.	ACOMPANHAMENTO DO CONSELHO FISCAL	11
3.3.	CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DOS VALORES CONTÁBEIS E PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS	11
3.4.	PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E REQUISITOS DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.994/2022	11
4.	AVALIAÇÃO, GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO ESPERADO E DO RISCO DOS INVESTIMENTOS EM CARTEIRA PRÓPRIA E AVALIAÇÃO DOS RISCOS (CRÉDITO, MERCADO, LIQUIDEZ, OPERACIONAL, LEGAL, SISTÊMICO E OUTROS) INERENTES ÀS OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO	11
4.1.	DO RETORNO ESPERADO	11
4.2.	DO RISCO	11
5.	SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDO DE INVESTIMENTO	12
6.	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA (ASG)	12
7.	PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLEIAS DE ACIONISTAS	12
8.	MITIGAÇÃO DE POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E DAS PESSOAS QUE PARTICIPAM DO PROCESSO DECISÓRIO DE INVESTIMENTOS	13
9.	INFORMAÇÕES CADASTRAIS	14
10.	ANEXO 1 - MANUAIS E MONITORAMENTO DA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS DA REAL GRANDEZA	15

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – 2023 A 2027

PLANO FRGPREV

Cadastro Nacional do Plano de Benefício (CNPB): nº 2022.0006-92

1. Introdução

As Políticas de Investimentos dos planos administrados pela REAL GRANDEZA têm um papel essencial na gestão de recursos. É o principal documento que compreende as diretrizes e medidas a serem observadas por todos os participantes do processo de investimentos – internos e externos - além de dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos. O documento é elaborado com um horizonte de 60 (sessenta) meses, com revisões anuais e segue a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, e a Instrução Normativa da Previc nº 35, de 11 de novembro de 2020.

O ponto de partida para a elaboração das Políticas de Investimentos é a missão de buscar assegurar o cumprimento das obrigações de longo prazo dos planos, identificando oportunidades de investimentos que melhor se adequem ao nível de risco definido, permitindo assim a perenidade dos planos. É decorrente dessa necessidade estratégica que, para a elaboração desta Política de Investimentos são realizadas a revisão da Macroalocação, que será abordada adiante, as análises de cenários e de riscos, as avaliações e as projeções de indicadores econômicos.

Ao longo dos últimos anos, a REAL GRANDEZA tem apresentado êxito nesta missão, mesmo diante da difícil conjuntura econômica. Resultado de um compromisso no longo prazo, de um processo que busca a diversificação, melhores práticas de governança na gestão de investimentos e o foco na transparência da gestão dos recursos de investimentos.

A presente Política de Investimentos é segmentada em 5 seções conforme ilustrado na tabela a seguir:

Seção	Descrição
1- Gestão de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> São abordadas as metodologias utilizadas na gestão de recursos, as estratégias e diretrizes para os próximos anos, bem como os limites e requisitos necessários a serem observados pela gestão
2- Alçadas Decisórias, Responsabilidades e Critérios Contábeis;	<ul style="list-style-type: none"> São apresentadas as atribuições e responsabilidades daqueles que participam do processo de investimento de forma resumida e transparente
3- Avaliação, Gerenciamento e Acompanhamento do Retorno Esperado e do Risco dos Investimentos;	<ul style="list-style-type: none"> Consiste na apresentação de um breve resumo dos critérios de retorno e riscos que são adotados pela Fundação Real Grandeza
4- Seleção, acompanhamento e avaliação de prestadores de serviços relacionados à administração de carteiras de valores mobiliários e de fundo de investimento, Aspectos de Sustentabilidade e Governança; Participação em Assembleias de Acionistas e Mitigação de Potenciais Conflitos de Interesses dos Prestadores de Serviços e das Pessoas que Participam do Processo Decisório de Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> Traz-se uma síntese das diretrizes de (a) seleção e monitoramento de prestadores de serviços, (b) sustentabilidade, (c) participação em assembleias de acionistas e (d) atuação em situações de potencial conflito de interesses
5- Informações Cadastrais e Anexos	<ul style="list-style-type: none"> Traz as informações cadastrais básicas do Plano e documentos anexos

O desafio para os próximos anos é implementar uma diversificação na carteira de investimentos do plano, de modo que seja possível diminuir o risco e obter uma rentabilidade compatível com os objetivos de longo prazo e que sejam aderentes às obrigações dos planos.

2. Gestão dos Recursos

2.1. Metodologia de Construção da Carteira Estratégica

A carteira estratégica corresponde à distribuição da carteira de investimentos entre as classes de ativos previamente definidas e estabelece uma carteira alvo de investimento de longo prazo. A metodologia utiliza um otimizador de carteiras, baseado no modelo de média variância, para a geração de diversas carteiras com perfis de risco. As premissas de retorno, volatilidade e correlação entre tais classes de ativos são geradas por consultoria externa especializada e são as mesmas utilizadas pelos demais Planos da FRG no processo de construção de suas respectivas carteiras estratégicas. A escolha da carteira se dá considerando a superação da meta dos investimentos do plano e as restrições dispostas na Política de Gestão de Riscos dos Investimentos. Na etapa de simulações de carteiras, é feita a projeção para um horizonte de 10 (dez) anos, que gera uma fronteira eficiente com alternativas matematicamente otimizadas de distribuição dos ativos.

2.2. Alocação Estratégica

A alocação estratégica consiste na execução de investimentos que visem se aproximar da carteira alvo, que, conforme já comentado, corresponde à distribuição da carteira de investimentos entre as classes de ativos (ou segmentos) previamente definidas e é escolhida a partir da análise individualizada das características e necessidades específicas deste Plano.

E, com o objetivo de possibilitar ajustes a eventuais mudanças de ambiente no mercado, também são estabelecidos limites de alocação prudencial a partir da estratégica, que definem as bandas de atuação para a gestão dos deslocamentos táticos e devem ser observados pelos segmentos e modalidades de investimento, conforme observado a seguir:

Segmentos	Alocação Atual (em 31/10)	Alocação Estratégica	Limite Inferior	Limite Superior
Renda Fixa	100%	77.3%	45.0%	100%
Renda Variável	0.0%	0.0%	0.0%	30.0%
Estruturado	0.0%	15.0%	0.0%	15.0%
FIPs	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
FIM	0.0%	15.0%	0.0%	15.0%
Exterior	0.0%	7.7%	0.0%	10.0%

Esses movimentos de gestão do percentual investido em cada segmento (sejam alocações estratégicas ou deslocamentos táticos) são chamados de gestão da macroalocação.

2.3. Objetivos da Gestão

O objetivo da gestão dos investimentos é, em primeiro lugar, implementar a alocação estratégica definida pelo estudo de otimização, alocando os recursos nas diferentes classes de ativos ali definidas, visando cumprir esta política e obter o retorno esperado no longo prazo superior à meta de investimentos. Atualmente, esses objetivos se encontram em:

Meta de investimentos: INPC + 3,94% ao ano

A meta de investimentos tem como objetivo rentabilizar as reservas de maneira que garantam o pagamento de benefícios. Com esse foco, e considerando os indicadores de referência dos segmentos adiante especificados, são realizadas análises quantitativas e qualitativas (premissas de risco, retorno e correlações) dos segmentos.

Segmento	Indicador de Referência ¹
Renda Fixa	IMA
Renda Variável	Ibovespa
Estruturado	IHFA
Exterior	MSCI ACWI Index em reais

Em segundo lugar, também é objetivo da gestão de investimentos, a partir da análise destes segmentos e indicadores, visar a geração de resultados adicionais com deslocamentos táticos em relação à alocação estratégica, buscando aproveitar eventuais oportunidades de investimento surgidas em função de alterações significativas nos cenários previamente elaborados.

2.4. Gestão Externa

Na alocação dos investimentos, os recursos garantidores podem ser alocados em gestores externos, para os quais é dada autonomia de acordo com as suas estratégias nos termos da legislação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e respectivos regulamentos.

Os principais objetivos da alocação em gestores externos são:

- (a) superar o indicador de referência estabelecido (*benchmark*);
- (b) promover a diversificação da gestão e do risco de mercado por meio do acesso a estratégias diferenciadas;
- (c) gerar discussões com os especialistas em cada classe de ativos sobre mercado e cenários, de forma a contribuir com a gestão da macroalocação.

Assim, utilizando como base o Manual de Seleção e Monitoramento de Fundos e Gestoras, podemos selecionar e monitorar os gestores externos em fundos terceirizados nas diferentes classes de ativos, sejam eles: condominiais ou exclusivos, ativos ou passivos, fechados ou negociados em bolsa (ETF's), no Brasil ou no Exterior, observando sempre os limites estabelecidos pela legislação pertinente e pelo regramento interno da REAL GRANDEZA.

2.5. Gestão Própria

O processo de seleção dos investimentos que fazem parte da Gestão Própria compreende as operações feitas na carteira própria ou em fundos em que a REAL GRANDEZA é gestora. Para tal, são utilizados:

¹ Os indicadores de referência são também a meta de rentabilidade de cada um dos segmentos. A seguir, uma breve explicação sobre cada indicador de referência:

IMA - Índice de Mercado da ANBIMA, calculado a partir do valor ponderado das carteiras de outros índices de renda fixa (IRF-M, IMA-S, IMA-C e IMA-B).

Ibovespa – Índice da bolsa brasileira que acompanha os valores das ações mais negociadas que, atualmente, conta com 89 participantes.
 IHFA - Índice de Hedge Funds da ANBIMA, representativo da indústria de hedge funds no Brasil que, atualmente, conta com mais de 200 fundos.

MSCI ACWI em reais - índice que consolida as performances de índices de ações mundiais e é utilizado como benchmark para mensurar a performance dos mercados mundiais.

IFIX - o Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários (IFIX) da B3 tem por objetivo medir a performance de uma carteira composta por cotas de fundos imobiliários.

- a. análise de informações de mercado, incluindo o acompanhamento da legislação referente às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) e ao mercado financeiro;
- b. a participação dos analistas em reuniões com consultorias e profissionais de mercado; e
- c. a utilização de sistemas voltados a atender às necessidades da equipe de análise.

Esse processo também inclui a elaboração de estudo contemplando as variáveis macroeconômicas relevantes para a tomada de decisão, abordando a conjuntura macroeconômica e as tendências esperadas. A finalidade é fornecer subsídios para a definição das alocações táticas e estratégicas através da avaliação dos possíveis impactos do cenário político-econômico sobre o mercado financeiro.

A gestão da carteira própria utiliza os indicadores de referência apresentados nesta política para cada segmento, podendo implementar uma atuação ativa ou passiva e, neste caso, poderá adotar técnicas que busquem replicar o comportamento dos índices, não necessariamente atrelados ao referido indicador.

A metodologia, os parâmetros e os procedimentos a serem utilizados na gestão própria de recursos encontram-se nos normativos e manuais internos pertinentes, assim como nesta Política de Investimentos.

2.6. Diretrizes Gerais para a Gestão dos Recursos

As diretrizes gerais para os investimentos seguem o Manual de Diretrizes do Processo de Investimentos, que contém os aspectos mínimos que devem ser observados pelos envolvidos nas atividades relacionadas à gestão dos recursos do plano, implementando assim, práticas que visam a garantia do cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes e assistidos do plano.

2.7. Diretrizes por Segmentos da Resolução CMN nº 4.994/2022

A seguir serão apresentadas as diretrizes e as relações de ativos elegíveis para as Carteiras de Investimentos do plano no que tange aos ativos que possam fazer parte da carteira própria ou da carteira de fundos em que a REAL GRANDEZA é gestora. Ou seja, estes limites não são aplicados para os fundos em que a REAL GRANDEZA não possui gestão, isto é, fundos de gestão externa, sejam eles condominiais ou exclusivos. Nesses casos, as diretrizes adotadas e os ativos elegíveis devem respeitar e atender a Resolução CMN nº 4.994/2022.

2.7.1. Segmento de Renda Fixa

O papel da Renda Fixa é, primordialmente, funcionar como lastro garantidor dos compromissos assumidos. Adicionalmente, este segmento também estabelece a liquidez imediata para os fluxos previdenciários com alocações em operações compromissadas (“caixa”).

Diretrizes de Renda Fixa	Ativos Elegíveis
<p>a. Para a carteira própria e para os fundos exclusivos dos quais a REAL GRANDEZA seja gestora, só são permitidas aplicações em títulos públicos federais e operações compromissadas. Será priorizado o mercado primário na compra desses títulos, ainda que possa atuar também no secundário.</p> <p>b. São vedadas novas aquisições diretas de títulos de crédito privado e FIDCs.</p>	<p>a. títulos de emissão do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil;</p> <p>b. títulos de instituições financeiras, incluindo CDBs, RDBs e LFs;</p> <p>c. títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa emitidos por sociedades por ações de capital aberto, tais como debêntures simples ou sociedades por ações de capital fechado, especificamente de debêntures incentivadas;</p> <p>d. cotas de Fundos de Investimentos desse segmento;</p>

A REAL GRANDEZA poderá contratar terceiros especializados para auxiliar e/ou realizar a análise e o monitoramento dos títulos de crédito privado que já estão na carteira própria.

Operações com derivativos podem ser realizadas, somente para proteção da Carteira de Renda Fixa. Além disso, devem ser fundamentadas em modelos de precificação utilizados e reconhecidos pelo mercado, bem como atender a todos os critérios estabelecidos no Artigo 30 da Resolução CMN nº 4.994/2022 e desta Política de Investimentos.

Da mesma forma, a negociação dos ativos de renda fixa deve atender aos critérios estabelecidos no Artigo 17 da Resolução CMN nº 4.994/2022 e nesta Política de Investimentos. Especificamente, sobre a justificativa de negociação desses ativos realizadas fora do intervalo referencial de preços, também prevista no referido Artigo, ela deverá ser enviada ao Conselho Fiscal na forma de relatório.

2.7.2. Segmento de Renda Variável

Na gestão dos recursos financeiros, o papel da Renda Variável é o de originar o retorno de longo prazo excedente necessário para atender os objetivos institucionais de superar a meta de investimentos e contribuir para o melhor desempenho do patrimônio do plano.

Diretrizes de Renda Variável	Ativos Elegíveis
<p>É vedado realizar investimentos neste segmento que impliquem em participações em acordo de acionistas (bloco de controle) de empresas.</p> <p>Também é vedada a realização de novos investimentos em ações de emissão de SPEs.</p>	<p>a. ações, bônus de subscrição de ações, recibos de subscrição de ações e certificados de depósito de ações de companhia aberta;</p> <p>b. cotas de fundos de índice (ETFs);</p> <p>c. cotas de Fundos de Investimentos em Ações (FIA);</p> <p>d. cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de FIA;</p> <p>e. Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados nesse segmento de acordo com a resolução CMN Nº4994/2022.</p>

Operações com derivativos podem ser realizadas, somente para proteção da Carteira de Renda Variável. Além disso, devem ser fundamentadas em modelos de precificação utilizados e reconhecidos pelo mercado, bem como atender a todos os critérios estabelecidos no Artigo 30 da Resolução CMN nº 4.994/2022 e nesta Política de Investimentos, sobretudo os limites máximos de alocação no segmento;

Operações de empréstimo de ações ou de ETFs podem ser realizadas com o objetivo de potencializar o retorno da Carteira de Renda Variável, seguindo as melhores práticas de mercado e conforme estabelecido em manual próprio.

2.7.3. Segmento Estruturado

O Segmento Estruturado tem como papel principal originar, no longo prazo, excesso de retorno consistente e com baixa correlação com a carteira própria, e ainda, com relação retorno x risco interessante, colaborando

com alcance de metas institucionais. Os ativos deste segmento podem apresentar um menor grau de liquidez, em relação aos demais segmentos.

Diretrizes de Estruturado	Ativos Elegíveis
<p>É vedado realizar aplicações em Fundos de Investimentos em Participações (FIPs).</p>	<p>a. cotas de Fundos de Investimentos Multimercado (FIM);</p> <p>b. cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de FIM;</p>

2.7.4. Segmento Exterior

O Segmento Exterior tem como principal papel agregar à carteira de investimentos a diversificação pela localização geográfica e exposição a diferentes moedas dos ativos. Assim, este segmento possibilita o acesso a ativos com exposição de risco e retorno que podem conter características distintas das observadas em outros segmentos.

Diretrizes de Exterior	Ativos Elegíveis
<p>a. O Segmento Exterior tem como a sua principal diretriz a busca pela diversificação em mandatos com ativos internacionais que tenham baixa correlação com os demais segmentos do plano, reduzindo o risco total da carteira.</p>	<p>a. cotas de Fundos de Investimentos classificados como Segmento Exterior;</p> <p>b. Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados nesse segmento de acordo com a resolução CMN N°4994/2022.</p> <p>c. cotas de fundos de índice (ETFs);</p>

2.7.5. Operações com as Patrocinadoras

No tocante à exposição com a patrocinadora, não há nenhuma atualmente e é vedada a realização de operações em ativos financeiros ligados às patrocinadoras atuais ou futuras, ou com empresas do mesmo grupo econômico na carteira própria ou em fundos em que a REAL GRANDEZA é gestora, ou seja, na gestão própria.

2.8. Desempenho das carteiras nos últimos anos

O plano FRGPrev teve sua primeira emissão de cotas em 13/05/2022. O plano ainda está em fase inicial de operacionalização, de forma que a totalidade dos seus ativos está alocada em investimentos atrelados à CDI. A seguir segue a rentabilidade acumulada entre 13/05/2022 e 31/10/2022.

Segmento	2022 (até 31/10)	Acumulado	% de RGRTs Alocação Atual (Posição em Agosto/22)
Renda Fixa	5,32%	5,32%	100%
Total	5,32%	5,32%	100%

2.9. Requisitos Principais

São apresentados a seguir os limites de alocação e concentração por emissor definidos pela REAL GRANDEZA adicionais e conforme à Resolução CMN nº 4.994/2022.

Emissor	Limite Máximo de Alocação por Emissor (em relação aos Recursos Garantidores da FRG)
Tesouro Nacional	100%
Instituição financeira bancária	5%
Patrocinador ²	0%
Tesouro estadual ou municipal	0%
Demais Emissores	10%

Ativo/Veículo	Limite Máximo de Concentração por Emissor (em relação ao Patrimônio Líquido do Ativo/Fundo)
Crédito emitido por Instituição financeira bancária	5% do patrimônio líquido
FIP	0%
FII/FICFII	15% do patrimônio líquido do fundo
Ações de Sociedade por Ações de Capital Aberto	20% do capital votante ou total
Fundos passivos condominiais e/ou negociados em bolsa	25% do patrimônio líquido do fundo
FIDC/FICFIDC	15%
Títulos emitidos por SPEs	0%
Demais Ativos/ Veículos	Conforme Resolução CMN nº 4.994/2022

² Para fins de exposição à patrocinadora, são consideradas somente as empresas de Furnas, Eletronuclear e Real Grandeza. O limite apresentado na tabela não considera os ativos constantes na seção 2.4.2.1.

Concentração por Investimento³

Certificados de Recebíveis emitidos
com adoção de regime fiduciário

- Aplicações Existentes: 100% da série.

Demais Títulos de Renda Fixa ou
Valores Mobiliários

- Aplicações Existentes: 25% da série.

- Novas Aplicações: 15% da série.

3. Alçadas Decisórias, Responsabilidades e Critérios Contábeis

3.1. Alçadas Decisórias e Atribuição de Responsabilidades dos Processos de Análise, Avaliação, Gerenciamento, Assessoramento e Decisão sobre a Aplicação dos Recursos dos Planos da Entidade

O Manual de Organização e os Regimentos de Comitês são os documentos que, em conjunto com o Estatuto da Real Grandeza, se constituem na referência para a compreensão da governança e para a definição de responsabilidades de todos os que participam desses processos. Estes são bem amplos e envolvem diversas áreas e colegiados, cada uma com suas atribuições e responsabilidades conforme descrito a seguir.

- a. Conselho Deliberativo (CD): responsável por autorizar os investimentos que estejam dentro de suas competências legais e estabelecidas pelos Estatuto e regimento interno vigentes;
- b. Diretoria Executiva (DE): responsável por autorizar os investimentos que estejam dentro de suas competências estabelecidas pelos Estatuto e regimento interno vigentes;
- c. Comitê de Investimentos (CIRG): responsável por deliberar temas relacionados a investimentos da REAL GRANDEZA, baseado em procedimentos e critérios estabelecidos em Regimento Interno;
- d. Diretoria de Investimentos (DI): conforme o Manual da Organização da Real Grandeza traz de forma mais detalhada, é responsável pela análise, pelas recomendações e execução de todos os investimentos, além de deliberar sobre aqueles que estão sob sua alçada, caso haja;
- e. Subcomitê de Investimentos (SI): responsável por aprovar temas relacionados aos parâmetros a serem seguidos na execução dos investimentos feitos pela DI, além de outras competências, conforme definido em Regimento Interno aprovado pelo Conselho Deliberativo.
- f. Presidência (DP): tanto a Assessoria Jurídica (AJR) quanto a Assessoria de Compliance e Riscos (ACR) assessoram e apoiam a aplicação de recursos dentro do escopo legal/conformidade/riscos, de acordo com as responsabilidades atribuídas a elas no Manual da Organização da Real Grandeza.

Por fim, considerando os processos e as devidas responsabilidades no processo foram compiladas no quadro abaixo para a melhor compreensão da governança de todos os que participam do processo de elaboração e decisão:

³ Aplicações Existentes: aplicações integrantes da carteira até 31/12/2014. Novas Aplicações: Exceto ações, bônus de subscrição de ações, recibos de subscrição de ações, certificados de recebíveis emitidos com adoção de regime fiduciário.

Processos	GIN ⁴	CIRG	DE	CD	Periodicidade mínima
Seleção de Corretoras	Recomenda	Aprova	-	-	-
Alocações Táticas	Recomenda	Aprova	-	-	-
Microalocação de Ativos	Recomenda	Aprova	-	-	-
Aprovação da modelagem de precificação para embasamento de operações com derivativos	Recomenda	Aprova	-	-	-
Alocação, Seleção e Acompanhamento de Fundos e Gestoras	Recomenda	Aprova	-	-	-
Cenário Macroeconômico para o ALM/Otimização de Carteiras	Recomenda	Aprova	-	-	Anual
Carteira Estratégica definida pelo ALM/Otimização de Carteiras	Recomenda	Recomenda	Recomenda	Aprova	Anual
Política de Investimentos	Recomenda	Recomenda	Recomenda	Aprova	Anual

Manuais	GIN	ACR	CIRG	DE	CD
Manual de Subscrição de Ações; Manual de Sustentabilidade dos Investimentos da FRG; Manual de Seleção de Corretoras; Manual de Análise de Títulos Privados de Renda Fixa; Manual de Diretrizes do Processo de Investimentos da FRG; Manual de Processo de Seleção e Monitoramento de Fundos e Gestoras.	Elabora	-	Recomenda	Recomenda	Aprova
Manual de Seleção e Acompanhamento de Custodiante e Administrador Fiduciário; Manual de Avaliação dos Riscos das Propostas de Investimentos; Política de Gestão de Riscos dos Investimentos.	-	Elabora	Recomenda	Recomenda	Aprova

⁴ GIN - Gerência de Investimentos

3.2. Acompanhamento do Conselho Fiscal

Em atendimento ao disposto na legislação, o Conselho Fiscal emite semestralmente o Relatório de Controles Internos, conforme Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004. Este Relatório contempla, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a. conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, sobre a aderência das premissas e sobre a execução orçamentária;
- b. recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
- c. análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

3.3. Critérios de Definição dos Valores Contábeis e Precificação dos Ativos

Todos os títulos e valores mobiliários do Plano são classificados como “disponíveis para negociação”, sendo o Custodiante o responsável pelo apreçamento desses ativos, conforme critérios estabelecidos no Manual de Precificação do Custodiante. Todos os critérios e princípios abordados no Manual são baseados no Código de Autorregulação para fundos de investimentos e nas diretrizes de apreçamento da ANBIMA (Associação Brasileira de Entidades dos Mercado Financeiros e de Capitais).

3.4. Procedimentos e Critérios para Observância dos Limites e Requisitos da Resolução CMN nº 4.994/2022

O Administrador e Custodiante da REAL GRANDEZA fazem esse controle diariamente e têm por dever avisar à REAL GRANDEZA caso haja algum desenquadramento. Adicionalmente, é elaborado e encaminhado periodicamente ao CIRG um relatório de enquadramento em que é reportada a adequação da carteira de investimentos aos limites e requisitos da referida resolução.

4. Avaliação, Gerenciamento e Acompanhamento do Retorno Esperado e do Risco dos Investimentos em Carteira Própria e Avaliação dos Riscos (Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional, Legal, Sistêmico e Outros) Inerentes às Operações de Investimento

4.1. Do Retorno Esperado

O retorno tanto da carteira própria quanto da carteira total da REAL GRANDEZA, é avaliado, gerenciado e acompanhado utilizando informações diárias fornecidas pelo custodiante relativas aos diversos segmentos de ativos, a partir das quais, a Assessoria de *Compliance* e Riscos (ACR) produz informações prévias que são encaminhadas diariamente e mensalmente por meio de relatórios detalhados para a equipe e para o CIRG. A Gerência de Investimentos também produz informações gerenciais com esses dados que são utilizadas para a tomada de decisão pelas Alçadas Competentes. Além disso, essa gerência também apresenta mensalmente para o CIRG informações de mercado, abordando os principais acontecimentos macroeconômicos internos e externos do período, assim como a perspectiva da equipe para algumas das principais classes de ativos financeiros.

4.2. Do Risco

Os riscos são monitorados e reportados com base nos procedimentos e ferramentas definidos na Política de Gestão de Riscos dos Investimentos.

O processo de avaliação de riscos incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes às operações de investimentos é formalmente elaborado e consta nos documentos de deliberação de operações de investimentos, conforme estabelecido na Política de Gestão de Riscos dos Investimentos e no Manual de Avaliação de Riscos das Propostas de Investimentos.

5. Seleção, Acompanhamento e Avaliação de Prestadores de Serviços Relacionados à Administração de Carteiras de Valores Mobiliários e de Fundo de Investimento

Em relação ao Administrador Fiduciário dos Fundos Exclusivos da REAL GRANDEZA, sua seleção é feita com base em procedimentos estabelecidos pelo Módulo Normativo de Aquisição e com base em critérios previamente aprovados pelo Conselho Deliberativo.

A seleção de corretoras tem como objetivo definir aquelas aptas a intermediar as operações de compra e venda de ativos para a entidade. Esse processo deve ser realizado conforme definido no “Manual de Seleção de Corretoras” vigente, que está em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Os procedimentos de seleção e acompanhamento dos fundos de gestão externa são estabelecidos no Manual de Processo de Seleção e Monitoramento de Fundos e Gestoras, enquanto a avaliação desses fundos é realizada no Relatório de Monitoramento dos Gestores Externos.

6. Responsabilidade Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A REAL GRANDEZA entende o seu papel como investidor e o dever de alinhar suas ações de investimento de modo a (i) buscar o melhor para seus participantes, em termos da relação risco x retorno e, concomitantemente, (ii) utilizar práticas que visem o melhor para o meio ambiente e para a sociedade, e (iii) valorizem os mais altos níveis de governança.

Sobre os aspectos ASG nos processos de análise de investimentos, para a carteira própria, de forma diferenciada por segmento de ativo, tais critérios estão presentes em manual específico denominado “Manual de Sustentabilidade dos Investimentos da REAL GRANDEZA”). Porém, dada a mudança do perfil dos investimentos da REAL GRANDEZA, estes critérios de sustentabilidade serão posteriormente descritos de forma específica nos diferentes Manuais relativos a cada processo que será executado. Isso já acontece para gestão externa, em que o “Manual de Processo de Seleção e Monitoramento de Fundos e Gestoras” estabelece os critérios de sustentabilidade para esse processo em específico. Nesse contexto, a REAL GRANDEZA incentiva seus gestores externos para adoção de boas práticas de forma a integrar os critérios ASG em seu processo, uma vez que no processo de seleção de gestores externos são atribuídas notas conforme o seu comprometimento com as práticas ASG.

Assim, a REAL GRANDEZA busca a todo o momento adequar os seus processos nessa direção, utilizando critérios ASG nos processos de análise de investimentos e sendo signatária há mais de 10 anos dos (i) Princípios para o Investimento Responsável (*Principles for Responsible Investment - PRI*) e (ii) *Carbon Disclosure Project - CDP* (desde 2009 e 2006, respectivamente).

Já no que se refere a Governança, a REAL GRANDEZA é pioneira na obtenção do Selo de Autorregulação em Governança Corporativa no país, além de certificada com o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos, ambos sob responsabilidade do Sistema ABRAPP/SINDAPP/ICSS.

7. Participação em Assembleias de Acionistas

A participação em Assembleias de Acionistas de empresas nas quais a REAL GRANDEZA tenha participação direta ocorrerá quando for atendido algum dos seguintes critérios:

- a. quando a REAL GRANDEZA participar do controle da empresa através de Acordo de Acionistas ou Acordo de Votos;
- b. quando a REAL GRANDEZA apresentar participação maior ou igual a 10% do capital votante da empresa.

8. Mitigação de Potenciais Conflitos de Interesses dos Prestadores de Serviços e das Pessoas que Participam do Processo Decisório de Investimentos

As vedações gerais de conduta, inclusive para mitigação de conflitos de interesses, estão definidas no Código de Conduta e Ética da REAL GRANDEZA. De forma complementar, o Regulamento de Conduta no Processo de Investimentos da REAL GRANDEZA especifica os padrões de conduta, bem como os princípios éticos, voltados para o processo de gestão dos investimentos.

Adicionalmente, a mitigação dos potenciais conflitos de interesses inerentes aos gestores externos está definida no Manual de Processo de Seleção e Monitoramento de Fundos e Gestoras.

9. Informações Cadastrais

Entidade Fechada de Previdência Complementar: FRG - Fundação de Previdência e Assistência Social (código PREVIC: 864)

Vigência: 01/01/2023 a 31/12/2027 (60 meses), com revisões anuais

Ata do Conselho Deliberativo/Data da Reunião: 555ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 26/dez/2022

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Patrícia Corrêa de Queiroz

Diretor Responsável pela Gestão de Riscos: Sérgio Wilson Ferraz Fontes

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB): Patricia Melo e Souza

Mecanismo de Informação da Política aos Participantes: Eletrônico

10. ANEXO 1 - Manuais e Monitoramento da Gestão e Administração de Investimentos da REAL GRANDEZA

A REAL GRANDEZA utiliza os seguintes Manuais e Relatórios de monitoramento que definem os procedimentos e critérios referentes à Gestão e Administração dos Investimentos:

1. Política de Gestão de Riscos dos Investimentos;
2. Manual de Processo de Seleção e Monitoramento de Fundos e Gestoras;
3. Manual de Subscrição de Ações;
4. Manual de Sustentabilidade dos Investimentos da FRG;
5. Manual de Diretrizes do Processo de Investimentos da FRG;
6. Manual de Seleção de Corretoras;
7. Manual de Precificação do Bradesco Custódia;
8. Manual de Seleção e Acompanhamento de Custodiante e Administrador Fiduciário;
9. Manual de Análise de Títulos Privados de Renda Fixa;
10. Manual de Avaliação dos Riscos das Propostas de Investimentos.
11. Relatório de Monitoramento dos Gestores Externos;
12. Relatório de Avaliação Trimestral do Bradesco Custódia;
13. Relatório Gerencial e Enquadramento dos Investimentos;